

A REGIÃO CONTESTADA ENTRE O ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS E A HISTÓRIA ORAL¹

Edmilton da Silva²

Resumo

A Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais vivenciou um quadro de violência em torno da posse, do uso e da propriedade da terra, além da disputa por poder político, principalmente, a partir da década de 1940, quando a região se tornou palco de grande afluxo migratório. É, nesse contexto, que objetivamos estudar a violência por meio da história oral como metodologia de pesquisa. Para isso, selecionamos a entrevista que fizemos com Orelly Lyrio por entendermos que é uma das mais elucidativas, sobretudo, no que se refere à atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na região.

Palavras-chave

Região contestada; Violência; História oral.

Introdução

A disputa territorial entre Minas e Espírito Santo, conhecida como “Guerra do contestado”, remonta mais diretamente ao Auto de 1800 assinado entre Antônio Pires da Silva Pontes e Bernardo José de Lorena, respectivos governadores das duas Capitanias. O Auto de 1800 mencionava a Serra dos Aimorés ou Serra de Souza como marco fronteiro de modo muito vago e superficial. Por isso, quase um século depois, esse acordo ainda suscitava impasses políticos, levando a questão à justiça e ao Governo Federal sem que houvesse solução definitiva pelo menos até 1963.

A Região contestada entre Minas e Espírito Santo permaneceu praticamente isolada e coberta pela Mata Atlântica até os anos 1930. As correntes migratórias que se dirigiram para aquela localidade até alcançar as terras banhadas pelos rios Cotaxé e Cricaré foram atraídas pela qualidade das madeiras e por terras agricultáveis (NEVES; PACHECO, 1992). A maioria dos pioneiros era constituída de mineiros, em primeiro lugar, e de baianos e capixabas (BERNARDO NETO, 2012). O direito era o do *uti possidetis*. Cada qual precisava defender o

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático [A multiplicidade da história oral: memória, subjetividade e diálogo] durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo.

² Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutorando em História com bolsa Capes no Programa de Pós-Graduação em História.

seu pedaço de chão dos que chegassem depois. Entre os quais encontravam-se muitos grileiros portando títulos falsos de propriedade (NEVES; PACHECO, 1992).

Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a população da “Serra dos Aimorés” (denominação pela qual a Região contestada era referenciada por esse órgão) teve um crescimento que superou em muito todas as demais regiões do país, inclusive as populações dos próprios Estados litigiosos, no mesmo período. Em 1940, a “Serra dos Aimorés” possuía 66.994 habitantes. Em 1960, esse total já havia saltado para 384.297, ou seja, a população da Região contestada aumentou seis vezes ou 573,62% em apenas vinte anos (SILVA, 2019).³

Vivia-se o momento político do pós 1945 em que o coronelismo da Primeira República havia sobrevivido no Espírito Santo metamorfoseado num pluripartidarismo democrático e populista (SILVA, 1995) que não impediu as práticas violentas de luta por terra, voto e poder político. Havia códigos de justicamento particular, além do cometimento de crimes de mando praticados por jagunços e pistoleiros. Nesse contexto, não faltavam denúncias da participação de policiais militares em crimes violentos na região, praticados, normalmente, contra posseiros e supostos invasores.

A Polícia Militar do Espírito Santo possuía uma dupla missão na região: garantir o espaço territorial capixaba frente à ameaça do Governo mineiro e preservar a ordem pública local. As atividades da Polícia Militar capixaba, na realidade, disseminaram mais violência e medo devido à realização de diligências ilegais. Essas operações policiais contavam, em muitos casos, com a participação de simpatizantes da ‘causa’ policial, conhecidos como bate-paus, que auxiliavam a polícia nas delegacias e distritos (SILVA, 2019; SILVA; DADALTO, 2020).

A destruição de um movimento camponês liderado por Udelino Alves de Matos, em Ecoporanga, no dia 24 de fevereiro 1953, representa uma das diligências mais significativas da Polícia Militar do Espírito Santo na região, tendo à frente o major Djalma Borges. Outra diligência policial, dessa vez, no ano de 1962, na fazenda Rezende, também no município de Ecoporanga, resultou na morte do soldado Alnázio Brum da Silva e ferimentos no soldado Abelar da Cunha (DIAS, 1984).

³ Vale destacar que a Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais era formada pelo território dos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Ponto Belo e Mucurici, do lado capixaba, e Mantena, Itabirinha de Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataleia, do lado de Minas. Essa porção do território brasileiro incrustado na Serra dos Aimorés perfazia uma área total de 10.137 Km² (PONTES, 2007).

Do lado dos posseiros, saíram feridas uma mulher e sua filha. A represália policial posteriormente levou à denúncia do cometimento de vários assassinatos contra os posseiros. Segundo Luiz Muramatsu (2015), há confirmação de que pelo menos quatro posseiros foram mortos: Sebastião José da Rocha, conhecido como Sebastião Rufino; Geraldo Benedito Carlota, José Calixto dos Santos e Donatílio Leôncio de Souza. Os policiais negaram as arbitrariedades e os homicídios.⁴

Adotamos a história oral como metodologia de pesquisa a fim de reconstituirmos parte da história da Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, tendo a violência local como foco principal. Escolhemos, para tanto, uma entrevista que fizemos com Orelly Lyrio no ano de 2018.⁵ Através dela, logramos identificar alguns dos principais condicionantes locais da violência, bem como parte da história da disputa entre os estados litigantes. Logramos ainda evidenciar fatos novos sobre a participação da Polícia Militar do Espírito Santo na região, em especial, no que toca a sua missão, estrutura organizacional e história, entre outros.

Além da entrevista, utilizamos igualmente reportagens publicadas no jornal A Gazeta e informações contidas em Boletins Diários (BD) da Polícia Militar do Espírito Santo. As reportagens são importantes por evidenciarem parte do conflito jurisdicional e da questão camponesa local. Os Boletins Diários, como o próprio nome indica, eram publicados todos os dias, destacando os principais acontecimentos que envolviam as atividades da Polícia Militar em todo o Estado.

A história oral como prática histórica: documento e memória

As entrevistas, afirma Alessandro Portelli, “sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p. 31). É portanto, sob essa perspectiva que, através da nossa entrevista realizada com Orelly Lyrio, pretendemos revelar eventos desconhecidos, lançando luz do mesmo modo sobre aquilo que já sabemos sobre Região contestada, sem esquecermos, é claro, dos grupos não hegemônicos (soldados, posseiros, pequenos sítiantes, entre outros) que compunham a sociedade da região.

⁴ As diligências da Polícia Militar do Espírito Santo geraram denúncias de violência e arbitrariedades policiais. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) instaurou duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar os fatos: uma em 1953 e outra em 1962.

⁵ Orelly Lyrio é coronel reformado da Polícia Militar do Espírito Santo. Nossa entrevista com ele se deu no Clube dos Oficiais dessa instituição policial, em Vitória, ES, no dia 30 de janeiro de 2018, quando obtivemos também carta de cessão. Na ocasião, fazíamos nossa pesquisa de mestrado intitulada As representações da violência na Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962) defendida, em 2019, no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Inicialmente, vejamos sob que circunstâncias nosso entrevistado esteve na Região contestada pela primeira vez (julho a setembro de 1957).

Eu estava fazendo o meu estágio de aspirante (estágio probatório), quando fui surpreendido pelo Comando e chamado para comandar um pelotão [que iria à] Região contestada, onde o Comandante Geral já se encontrava com o seu Estado Maior. Peguei o meu pelotão, um cunhete de munição e uma arma, tudo precário. Fui comandando trinta homens, três sargentos foram comigo: sargento Orladi, sargento Agnelo e sargento José Batista. Pegamos o trem da Vitória a Minas e com meu pelotão saltamos, em Colatina. Ficamos aguardando ordens para o caminhão nos levar até Barra de São Francisco.

Depois, chegaram [mais] dois pelotões sob o comando do aspirante Silas e do aspirante Vieira. Os três pelotões ficaram em Colatina. Depois fomos levados à Barra de São Francisco. Chegando lá, ficamos bivacados. Bivacar é ficar estacionado em casas semiconstruídas. Não era acampamento nem acantonamento, era bivaqui. Então ficamos bivacados lá. Durante à noite, cavamos trincheiras, etc. Ficamos aguardando ordens e o choque com as tropas mineiras que [estavam] em Mantena. De um lado, São Francisco, os capixabas; do outro lado, Mantena, os mineiros.

[Nossa missão consistia em] não deixar os mineiros invadirem a parte que já estava em poder do Espírito Santo. Mantena era chamada Gabriel Emílio pelos capixabas e, pelos mineiros, Mantena. É questão de fiscalização nos postos fiscais. Cobravam duas vezes, etc. O litígio entre Minas e Espírito Santo foi mais por problemas fazendários. Entendeu? Passagem do café, etc. Não houve conflito armado, houve apenas um conflito político partidário (LYRIO, 2018).

Em 1957, tanto quanto em 1948,⁶ a Região contestada esteve sob verdadeiro clima de guerra. Cavaram trincheiras nas montanhas a Oeste de Barra de São Francisco, guarnecendo-as ininterruptamente por trinta e quatro dias consecutivos (DEMONER, 1985). A Polícia Militar do Espírito Santo tratou a questão como a “fase aguda da Questão litigiosa Minas-Espírito Santo” (BD nº 178, 1957, p. 945) e como “situação de emergência” (BD nº 189, 1957, p. 986). Daí porque, a movimentação de forças policiais para a Zona contestada, tanto por parte do Espírito Santo quanto por Minas Gerais.

Ocorre que civis exaltados, incitados pelo deputado mineiro José Fernandes Filho, teriam ateado fogo no posto fiscal de Café Ralo, além de destruírem também os outros postos capixabas de Itabira e Ariranha, em Mantenópolis (CIVIS, 30/07/1957, p. 1). Francisco Lacerda de Aguiar e Bias Fortes, respectivos governadores do Espírito Santo e Minas Gerais, trocaram

⁶ Destaca-se o ano de 1948 por caracterizar-se como um dos momentos de maior acirramento do conflito entre Minas e Espírito Santo na Região contestada. Nesse ano, o Governo Capixaba da mesma forma mobilizou seu contingente policial militar naquela localidade devido às tentativas de invasão territorial praticadas por policiais mineiros.

ameaças e acusações. O governador capixaba disse que convocaria voluntários, se preciso fosse, para defender os interesses do Estado na região (OCORRÊNCIAS, 23/07/1957, p. 1). Ao que parece, tal convocação se tornou realidade. Orelly Lyrio afirma que

Na guerra do Contestado, muita gente foi incluída. Quando o comando levou..., muitos foram recrutados lá mesmo na região, passaram a ser soldados, “Pátria amada”. Apelidaram de “Pátria amada”. Botaram um monte de gente na polícia sem concurso, sem nada, porque estavam precisando de efetivo para a Guerra no Contestado. [Não havia critério]. Era livre arbítrio. O Comandante Geral resolvia. “Oh! Pega, recruta aqui, bota esse camarada..., tem mais dez aqui que querem entrar na...”. Voluntário..., chamavam de “pátria amada”, apelido de caserna: “tem uns pátria amada...”. [...]. Eles foram recrutados lá e, depois, ficaram na Polícia Militar. Uns, destacados lá e, outros, vieram para Vitória. Mas, incorporaram na Polícia Militar como “Pátria amada”, voluntários para a Guerra do Contestado, que não houve. Não houve Guerra do Contestado. Houve só movimentação de tropa e recrutamento. Os “Pátria amadas”, os voluntários lá de São Francisco, o Comando os botou na polícia. “Quem quer participar? Nós vamos brigar com os mineiros. Quem quer entrar na polícia”? Apareceu um monte de gente desempregada lá, que acabou entrando na polícia sem fazer concurso, sem fazer nada (LYRIO, 2018).

Orelly Lyrio observa que a mídia se valia da situação para fazer sensacionalismo.

Vejamos:

A mídia fazia sensacionalismo. Os jornalistas diziam: “as tropas mineiras estão na iminência de entrar em choque com as tropas capixabas” e nós vivíamos lá, na maior confraternização, camaradagem, os mineiros com os do Espírito Santo.

A mídia do Espírito Santo noticiava constantemente que iria haver choque bélico entre Minas e Espírito Santo. Quando o Comandante Geral, da época, Pedro Maia de Carvalho transferiu o comando para Barra de São Francisco (naquele movimento de tropa), eu era aspirante. A mídia divulgava constantemente que os mineiros estavam na iminência de entrar em choque com os capixabas, [...]. Tanto assim, [...] que minha mãe acendia [uma] vela todos os dias com medo do filho aspirante morrer na Guerra do Contestado (LYRIO, 2018).

Com efeito, não podemos desconsiderar o papel da mídia jornalística em superdimensionar os acontecimentos na zona contestada, levando inclusive a um quadro de medo, especialmente, em áreas afastadas do conflito como Vitória, por exemplo. A camaradagem em que tropas capixabas e mineiras viviam no local, como afirma nosso entrevistado, diz respeito ao fato de que a permanência de cada força policial na região atendia ao estrito cumprimento do dever legal, sem que houvesse, contudo, qualquer interesse no confronto armado. A propósito, os próprios governadores procuravam evitá-lo. Por outro lado,

não devemos minimizar o litígio que atingia até o imaginário das camadas populares como observa Orly Lyrio com o caso de sua mãe.

De todo modo, nosso entrevistado assevera que o armamento da Polícia Militar do Espírito Santo era “precário”. Vejamos:

Fui para Guerra do Contestado, praticamente, com um cunhete de munição e não sabia nem se o fuzil atirava. [...]. Cada um tinha o seu revólver. A Polícia Militar não fornecia revólver para o PM, naquela época. Só havia o fuzil. Quando o cara era destacado, ele [...] levava a “mulher dele a tiracolo”,⁷ o fuzil. O armamento era assim, precário. Nós íamos brigar com os mineiros dessa maneira. Os mineiros estavam mais preparados, belicamente, do que nós. Então, essa história de que ia haver uma guerra, a Guerra do Contestado, não..., não... Só mobilizou a tropa. Só foram os contingentes: um para São Francisco e, os mineiros ficaram em Mantena. Mas, não houve choque armado, felizmente. Porque nós iríamos levar desvantagem. A polícia mineira estava mais bem preparada, belicamente, do que a Polícia do Espírito Santo (LYRIO, 2018).

Orely Lyrio esteve na Região contestada em outra ocasião, substituindo o capitão Genésio Gomes, como comandante de destacamento. A violência local, um dos fenômenos sociais mais visíveis na região, é vista por ele, no entanto, de forma relativizada. Seu discurso, aliás, chega a ser contraditório. Vejamos:

Existem três fatores que levam aos conflitos: barra de saia, barra de ouro e barra de rio. Barra de saia: mulher. Barra de ouro: dinheiro, e barra de rio: litígio, divisa dos lotes. Isso que era o pomo de discórdia. Então os posseiros, em Ecoporanga..., João Corsino..., aquela turma..., muita gente se apossou de terra lá. [...]. A violência na Região contestada era comum, como existe hoje. Era comum. A violência sempre existiu lá. O delegado de polícia de São Francisco que cuidava da Polícia Judiciária. Eu não era Polícia Judiciária. Eu era comandante de um destacamento. Entendeu? Eu fazia o papel de comandante administrativo e o delegado de polícia de São Francisco fazia a parte judiciária. O delegado de polícia é o que cuida da Polícia Judiciária. É o que presta informações à Justiça sobre os crimes e as contravenções, etc.

Existia o delegado de polícia que, na época, era cargo comissionado. [...]. Delegado em comissão. Os sargentos eram subdelegados em comissão. Havia civis que eram delegados de polícia e comissionados. Como o Comandante Geral da polícia fazia: mandava um major, um tenente coronel do Exército, comissionado coronel. Era coronel comissionado. Cargo em comissão. Na Polícia Civil não existia polícia de carreira. Então, quando criaram a polícia de carreira, para ser delegado, tinha que se fazer concurso, como é hoje. [Na Região contestada], os PMs destacados faziam a

⁷ Significa que o soldado não podia abandonar o seu fuzil. Era como uma namorada com que estava sempre junto. A vida do soldado ou de seus companheiros dependia disso. Daí porque, o militar deveria levar seu fuzil à tiracolo e não o abandonar em nenhuma hipótese.

dupla missão: de policiamento e de investigador (agente de autoridade da Polícia Civil). Existia o escrivão de polícia, o escrivão nomeado em comissão ou, então, o *adoc*. Na falta de um escrivão nomeado, nomeava-se um sargento ou um civil, que sabia datilografar, para ser escrivão *adoc*. [...]. Havia sempre os colaboradores da polícia. Sempre existiu no público externo, gente que colaborava com a polícia para elucidação de crimes, para uma série de coisas. Até ajudar financeiramente, botar gasolina no carro, para fazer isso, fazer construção disso (LYRIO, 2018).

É claro que a violência da atualidade, pelo menos nos atuais centros urbanos, não pode ser comparada com aquele tipo de violência praticada na Região contestada entre Minas e Espírito Santo. Nessa região, a violência, em grande medida, representou uma prática da própria Polícia Militar. O alvo, quase sempre, eram os posseiros e supostos invasores. Luzimar Nogueira Dias (1984), relata um dos casos conhecidos mais repugnantes da história do Contestado. Segundo ele,

Uma centena de posseiros ouve a música acompanhada por um sanfoneiro da Polícia Militar destacado em Cotaxé: [...] Eles dançam durante várias horas. Nus e desajeitados, homens, mulheres e crianças circulam dentro do curral da fazenda de Francisco Modesto. Encostados na cerca de arame, em torno do sanfoneiro, estão os componentes da captura comandada pelo tenente Jadir Resende, recentemente nomeado delegado de Ecoporanga. Em fila, os posseiros continuam dançando. [...] A fila é assim: sem distinção de sexo ou idade, os lavradores requebram em círculo, sob ameaça de armas, cada um com uma mão sobre o ombro do outro e com um dedo da outra mão na bunda do companheiro da frente. De vez em quando um chicote estala nas costas dos que se revoltam contra a humilhação. Estes são obrigados a lamber pisaduras dos animais presos no curral. Os militares riem e, impotentes, muitos moradores do povoado assistem ao quadro (DIAS, 1984, p. 69-70).

As palavras de nosso entrevistado, de todo modo, revelam parte da função e da estrutura organizacional da Polícia Militar do Espírito Santo naquela zona litigiosa. Além do destacamento em Barra de São Francisco cuja missão era proteger o território capixaba contra a invasão da Polícia Militar de Minas Gerais, havia destacamentos nos interiores (vilas e distritos) responsáveis pelo policiamento ostensivo e delegacias nos centros urbanos para apurar o cometimento de crimes de natureza comum. Havia ainda as temidas “Capturas”.

Existiam as “capturas” da zona Norte, da zona Sul e da zona Centro. Na zona Norte era nomeado um delegado de “captura”. Na zona Sul, um delegado de “captura” e na zona Centro, em Afonso Cláudio, um delegado de “captura”. Três delegados de “captura”. Mas, não tinham poder de fazer o inquérito. Só quem tinha poder de fazer o inquérito era o delegado de Polícia Judiciária (delegado de Polícia Civil), nomeado em comissão. O delegado de “captura” era só para capturar, para cumprir o mandado, etc., e policiar a região, mas não tinha atribuição para abrir Inquérito Policial Civil e,

o Inquérito Policial Militar (IPM), só o Comandante Geral que nomeava o encarregado de IPM quando havia indício de crime militar (LYRIO, 2018).

As “capturas” como eram mais conhecidas eram formadas por um grupo de seis a oito policiais militares de confiança. Eram temidas, sobretudo, por conta do terror que representavam e da violência que praticavam, normalmente, contra posseiros, supostos invasores e ladrões de cavalo (SILVA, 2019). Apesar das adversidades, ao que parece, a Região contestada podia ser uma boa opção para quem buscava terra para trabalhar, para os que queriam se colocar à disposição de fazendeiros e políticos bem como para policiais militares que desejassem melhores oportunidades no interior do Estado. Quanto a esses últimos, Orelly Lyrio observa:

[...] quem tinha interesse em destacar, geralmente, era porque gostava de pegar bandido. Agora, quem era burocrata, queria ficar lá na datilografia para fazer curso de cabo, de sargento..., os que não ficavam por aqui, ficavam “mofando”. Como não tinha promoção a cabo..., a não ser por ordem superior. E, abriam o curso de sargento de fileira, abriam o curso de cabo de fileira..., quem ficava na burocracia, quem não ia para essa região de delegacias, ficava, numa boa, estudando. Tinha tempo para estudar, à noite e, os que iam, para esses lugares destacados, não tinham tempo para coisa nenhuma. Ficavam só com a prática policial: atirar bem..., correr atrás de bandido, etc. Quer dizer: era uma situação diferente e, o ânimo, era o seguinte: “quem quer destacar”? Às vezes, o camarada era destacado por necessidade do serviço e outros, por interesse próprio.

[...]. Eu quero morar em São Francisco. Eu quero morar em Mantenópolis. Quero fazer uma família lá. Quem ganha um porquinho..., cria um porquinho aqui..., cria uma galinha ali..., ganha o aluguel da casa. Economicamente era interessante o elemento ir para o interior. Economicamente. Socialmente, não. Porque aqui tinha colégio... O que tinha interesse econômico ganhava, economicamente, porque não pagava aluguel, porque recebia presente de “a”, de “b” e “c”, inquérito que deixa passar, passava a mão na...

Aquela época era diferente, o sujeito comprava um sitiozinho, comprava uma terrinha, comprava uma propriedade, comprava uma casa ou se apossava de um determinado lugar. Os fazendeiros tinham interesse em ter os soldados, o policial do lado deles, pra fazer falcatruas, até mandar matar os outros.

Se o posseiro fosse amigo da PM ele se dava bem. Se o posseiro não fosse amigo da PM, ele acabava sendo expulso da posse da terra. Porque a PM mandava no interior. O PM no interior tinha autoridade. Um soldado destacado, num distrito daqueles, era autoridade. Como era em Minas Gerais: sua excelência, o cabo. Havia um livro em Minas Gerais que um coronel escreveu: sua excelência, o cabo. Ele explica o que representava o cabo no interior. Ele era chamado para sacristão..., juiz de paz.

Então, o soldado no interior era “otoridade”, não era autoridade, não. Era “otoridade”. O soldado destacado no interior era uma autoridade. Os posseiros e todos aqueles que se apossavam, que faziam coisas..., desde que tivessem amizade com o policial..., tinham a autoridade na mão. Podiam fazer uma série de coisas, desde que fossem respaldados. Se o policial fosse um mau caráter..., um policial venal, para auferir vantagem, [então], faziam questão de ter amizade com o policial. O posseiro, o pistoleiro, ou coisa que o valha. Eles faziam questão de ter o policial. Tratavam o policial muito bem.

Agora, mandavam matar policial também. Aquele policial que não se ajustava ou eles tiravam do destacamento ou pediam o recolhimento. O político tirava e, ficava por isso, mesmo. O político mandava no interior e manda até hoje. Há cinco tipos de coronéis: O coronel de fazenda; o coronel chefe político; o coronel de zona, que tinha naquela época; o coronel marajá (o supersalário) e o coronel de título. É o simples título: coronel do Exército, da Polícia, da Aeronáutica, capitão de mar e guerra da Marinha. Então, era essa a situação. O delegado que não se ajustasse ao político, geralmente, não durava muito tempo.

[...]. O PM no interior sofria muita influência política, [tinha] medo de ser recolhido, de ficar sem a residência, de ser deslocado de um lugar.

O policial vira um favelado, sendo transferido de São Francisco para Vitória. Ele pode virar um favelado aqui, em Vitória. Porque ele deixa a família lá. Deixa a casa, deixa criança no colégio..., tem que transferir tudo para cá. Ele chega aqui e vira um favelado (LYRIO, 2018).

O texto destacado permite-nos entender tanto os motivos pelos quais muitos policiais buscavam servir no interior (prestígio profissional, vantagens econômicas, etc), especialmente, na zona contestada, quanto as pressões a que muitos deles se submetiam a fim de impedir uma transferência forçada, por exemplo. Mais do que isso, entendemos que embora polícias militares e delegados fossem reconhecidas autoridades no interior, havia, de fato, o exercício de um poder que se sobrepunha ao poder legal.

Tratava-se de um poder difuso, arbitrário, mas reconhecido por todos: o poder do coronel, seja ele um fazendeiro ou chefe político. Na verdade, o coronel, líder político local, era muitas coisa ao mesmo tempo: representante do Estado, capitalista, fazendeiro, dono de cartório e empresas, grileiro e bem feitor, entre outras. A polícia lhe servia como garantia de que os crimes de seus jagunços e pistoleiros ficariam impunes. Ademais, a polícia era indispensável ainda para a obtenção de votos. Segundo Orelly Lyrio,

Havia muitos pistoleiros [na Região contestada]. Lá em Paulista, no município de [Ecoporanga], Beatriz era um dos chefes. Havia um outro de quem esqueci o nome. [...]. Fui de ônibus à Paulista, quando eu saltei, não havia ônibus para voltar, dormi na

casa de um cabo, cabo Rafael. A primeira pessoa que ele me apresentou foi um chefe de bandidos, lá de Paulista.

Existiam os pistoleiros de Barra de São Francisco. [...]. A questão fundiária sempre foi motivo para crimes, violência, mandar matar os outros, [...], espantar o vizinho, botar o gado para entrar nas roças do vizinho para o sujeito ir embora e ficar com a terra dele. Muitos posseiros... Tudo ali foi posse, muita gente se apossou de terras na região. Era uma região descontrolada, litigiosa. [...]. Eu me lembro que, em Ecoporanga, mandaram matar o Zé da Cruz.⁸ Aquela briga entre os Corsinos. A família Corsino, João Corsino, Zé da Cruz. Cada um tinha que fazer a parte de um lado. Em Barra de São Francisco havia os Lobatos. Os Lobatos mataram um cara: Adalberto de Souza Lima, à tiros, dentro de São Francisco. [...] (LYRIO, 2018).

A briga entre os “Corsinos” de que fala Orelly Lyrio torna-se mais significativa quando a analisamos no contexto de luta entre chefes políticos locais. Nesses casos, também era comum o emprego da violência no seio da parentela. João Corsino de Freitas, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Ecoporanga, prefeito desse município por duas vezes (1955-1958; 1963-1966) e deputado estadual pelo Espírito Santo, foi acusado por seu primo, Tolentino Xavier Ribeiro igualmente prefeito de Ecoporanga (1959-1962) de ter um plano para matá-lo e se apoderar da prefeitura do município. Tolentino Xavier disse em A Gazeta (24/04/1962, p. 1 e 8) que João Corsino teria contratado um pistoleiro para “fazer o serviço” e que o controle da prefeitura se daria por meio de um vereador eleito para a presidência da câmara.

Além da atuação de pistoleiros contratados para executar crimes de mando na região, havia uma organização criminosa responsável por inúmeros homicídios no Norte do Espírito Santo, Segundo Orelly Lyrio,

Existia o sindicato em baixo Guandu, o “Sindicato do Crime”, constituído por policiais militares e civis. A própria morte do major Orlando aqui, em Nova Almeida, foi um consórcio: Polícia Civil do Espírito Santo, Polícia Militar do Espírito Santo, polícia mineira, fazendeiro de Baixo Guandu, maçonaria. Fizeram um consórcio para matar o major. Depois, o sindicato do crime foi dividido, cobra matando cobra. Foram matando um ao outro, até que Zé Scárdua, que era tenente da polícia, foi morto também ali, na Vila Rubim. Mandaram matá-lo. Zé Scárdua [...] fez uma série de coisas no Norte do Estado. Foi promovido “por ordem”, chegou a tenente. Era uma coisa de “promoções por ordem superior”.

[...]. O major Orlando foi da “Captura” da zona Sul. Fez uma limpeza na zona Sul, em Afonso Claudio e em Barra de São Francisco, na Região do Contestado. O major

⁸ José Francisco da Cruz, mais conhecido como Zé da Cruz, líder do PSD local e era dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES) (DIAS, 1984). Seu assassinado se deu em dezembro de 1960, quando era candidato a prefeito de Ecoporanga. Consta que o homicídio foi cometido por dois policiais militares do Espírito Santo que ficaram impunes (SILVA, 2019; SILVA; DADALTO, 2020).

Orlando foi delegado de Colatina. O deputado Totó,⁹ bandido, que mandou matar o cunhado, era contra [o major Orlando]. Depois, com a morte de Reginaldo Paiva, em Baixo Guandu, dividiram o “Sindicato do Crime”. O major Orlando ficou do lado dos Paivas e o Zé Scárdua ficou do outro lado. [...].

Então, foi cobra engolindo cobra. Felizmente, para a sociedade foi uma beleza porque nós ficamos livres do “Sindicato do Crime”. Josélio trouxe os pistoleiros que vieram matar o major Orlando. Os policiais militares mostraram o major Orlando aos três pistoleiros. Josélio ficou na ponte de Nova Almeida com um Jipe novo para dar fuga aos pistoleiros.

Depois, prenderam todo mundo. [Josélio] ganhou dinheiro e montou uma fazenda lá em Belém do Pará. Morreu agora. Eles morreram todos aí. Eu trabalhei [durante um ano] com o major Orlando, em Colatina, quando ele foi delegado de polícia. Eu fui mandado a comandar o policiamento de Colatina. Por isso, eu conheci o “Sindicato do Crime” de Baixo Guandu. [...] (LYRIO, 2018).

O coronel Bimbim foi o principal líder dessa organização criminosa. Sua morte provocou o fim do “Sindicato do crime”. Os desentendimentos começaram, na verdade, com a morte do pistoleiro Neném Maria, assassinado juntamente com dois companheiros do tenente Scárdua. Após a morte do coronel Bimbim, em 1964, o grupo de Scárdua matou o fazendeiro Reginaldo Paiva e o major Orlando, enquanto os sucessores de Reginaldo mataram Scárdua e seus pistoleiros, levando ao fim da era Bimbim e do “sindicato” de terror e mortes (MEDEIROS, 2001) pouco tempo depois da assinatura do Acordo do Bananal, em 15 de setembro de 1963, findando o litígio fronteiro entre o Espírito Santo e Minas Gerais.

Considerações finais

Nosso estudo sobre a violência na Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, tendo a história oral como metodologia, mais do que ampliar nosso entendimento sobre fatos já conhecidos, revelou estruturas profundas que vão além da simples aparência. A violência apresentou-se como um fenômeno social complexo, em grande medida, motivado por autoridades locais. Essa violência, que atingia, especialmente posseiros e supostos invasores, em alguns casos, chegou à barbárie.

Referências bibliográficas

OCORRÊNCIAS na zona litigiosa. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 de julho de 1957.

⁹ Totô era o apelido de Sebastião Cypriano do Nascimento, sobrinho do coronel Bimbim. Totô teve seu nome inscrito no rol dos matadores capixabas (MEDEIROS, 2001). Além disso, foi prefeito de Afonso Cláudio, ES, e deputado (ALMEIDA, 2010).

CIVIS exaltados. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 30 de julho de 1957.

URUBUS rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, Vitória, p. 1 e 8, 24 de abril 1962. ALMEIDA, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar). **Boletim Diário** (nº 178, 1957, p. 945). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.

_____. **Boletim Diário** (nº 189, 1957, p. 986). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.

DEMONER, Sônia Maria. **História da Polícia do Espírito Santo, 1835 – 1985**. Vitória, 1985.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Editora Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo. 1984.

LYRIO, Orelly. **A Polícia Militar do Espírito Santo na Região do Contestado**. 2018.

MEDEIROS, MEDEIROS, Rogério. **Um certo coronel Bimbim**. Século, Vitória, ES, nº. 21, nov. 2001.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento** (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960). 2015. 342f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CCHN. Ufes. 2012.

NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato. **Ecoporanga: da concepção à vida adulta**. Vitória: Brasília Editora LTDA, 1992.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 – 1970)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC – SP, p. 25 – 39, 1997.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SILVA, E. **As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10884/1/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20completa%20%28definitiva%29%20-%20Edmilton%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA. E. DADALTO, M. C. Ação policial, política, luta camponesa e violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais. **Revista de História Regional**. (Departamento de História - Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa, PR, v. 25, n.1, p. 123-143, 2020. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/15046/209209213467>. Acesso em: 30 maio 2023.